

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E  
COMUNICAÇÃO

**Como tem sido tratada a questão do Direito Cultural pela  
Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo no Campo?**

**Daniele Sena de Almeida**

Artigo apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em Gestão de  
Projetos Culturais.  
Professor Dennis Oliveira

**Disciplina: Orientação - artigo final**

São Paulo

2023

## **Como tem sido tratada a questão do Direito Cultural pela Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo no Campo?**

**Daniele Sena de Almeida**

**Resumo:** Esse trabalho pretende analisar como tem sido tratada a questão do Direito Cultural pela Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo no Campo, qual o método de gestão cultural tem sido adotada pelos Secretários da Pasta, quais as práticas e políticas tem sido executadas, se existe um diálogo com os segmentos artísticos e culturais da sociedade civil, bem como a importância das setoriais por segmentos de linguagens artísticas, territoriais e identitárias, na construção das políticas públicas de cultura de forma coletiva. Em formato de artigo, é destinado para públicos que se interessem por políticas culturais, bem como para inspirar gestores culturais e contribuir para reflexões ao compartilhar esse estudo de caso, que compreende a análise do período de 2017 a 2023. Para embasar a narrativa desse artigo, foram escolhidos o Guia de Orientações para os Municípios - Sistema Nacional de Cultura do Ministério da Cultura, de 2012, bem como a defesa de Doutorado do Prof. Dr. Danilo Junior de Oliveira, Direitos Culturais, Políticas Públicas: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura, também me amparei nos conceitos de BORJA, J., no texto Descentralización: una cuestión de método, também em Ciências Sociais, Violência Epistêmica e o Problema da “Invenção do Outro”. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas, de Santiago Castro-Gómez, e, Anotações Sobre o Universal e a Diversidade, de Renato Ortiz, além da Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural”. UNESCO. 2002, bem como noticiários regionais sobre política cultural.

**Palavras-chave:** Políticas Culturais; Direito Cultural; Diversidade; Desmonte Cultural; Plano Municipal de Cultura; Plano Municipal de Políticas Culturais; Sistema Municipal de Políticas Culturais; Políticas Culturais; Setoriais por segmento; Decolonial; Segmento por Território; Segmento Identitário; Linguagens Artísticas; Linguagens Artístico- culturais; Coletivos Culturais; Culturas Identitárias; Direitos Culturais.

**Abstract:** This work intends to analyze how the issue of Cultural Law has been treated by the Secretary of Culture and Youth of São Bernardo no Campo, which method of cultural management has been accepted by the Secretaries of the Pasta, which practices and policies have been implemented, whether there is a dialogue with the artistic and cultural segments of civil society, as well as the importance of sectoral by segments of artistic, territorial and identity languages, in the construction of public cultural policies collectively. In article format, it is intended for audiences interested in cultural policy, as well as to inspire cultural managers and contribute to reflections by sharing the case study. To support the narrative of this article, the 2012 Guidance Guide for Municipalities - National Culture System of the Ministry of Culture, as well as the PhD defense of Prof. the normative frameworks of the National System of Culture, Social Sciences, Epistemic Violence and the Problem of the “Invention of the Other”. In: The Coloniality of Knowledge: Eurocentrism and Social Sciences, Latin American Perspectives, by

Santiago Castro-Gómez, and, Notes on the Universal and Diversity, by Renato Ortiz, in addition to the UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity”. UNESCO.2002, as well as regional news on cultural policy.

**Keywords:** Cultural Policies; Cultural Law; Diversity; cultural dismantling; Municipal Culture Plan; Municipal Plan of Cultural Policies; Municipal System of Cultural Policies; Cultural Policies; Sectorial by segment; Decolonial; Segment by Territory; Identity Segment; Artistic Languages; Artistic-cultural languages; Cultural Collectives; Identity Cultures; Cultural Rights.

**Resumen:** Este trabajo pretende analizar cómo el tema del Derecho Cultural ha sido tratado por la Secretaría de Cultura y Juventud de São Bernardo no Campo, qué método de gestión cultural ha sido adoptado por las Secretarías de la Pasta, qué prácticas y políticas han sido implementado, si existe un diálogo con los segmentos artísticos y culturales de la sociedad civil, así como la importancia de la sectorialidad por segmentos de los lenguajes artísticos, territoriales e identitarios, en la construcción colectiva de políticas públicas culturales. En formato artículo, está destinado a audiencias interesadas en políticas culturales, así como inspirar a los gestores culturales y contribuir a la reflexión compartiendo este caso de estudio. Para apoyar la narrativa de este artículo, la Guía de Orientación para Municipios 2012 - Sistema Nacional de Cultura del Ministerio de Cultura, así como el Prof. doctor Danilo Junior de Oliveira, Derechos Culturales, Políticas Públicas: los marcos normativos del Sistema Nacional de Cultura, Ciencias Sociales, Violencia Epistémica y el Problema de la “Invención del Otro”. En: La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales, Perspectivas Latinoamericanas, de Santiago Castro-Gómez, y, Apuntes sobre lo Universal y la Diversidad, de Renato Ortiz, además de la Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural”. UNESCO. 2002, así como noticias regionales sobre política cultural.

**Palabras llave:** Políticas Culturales; Derecho Cultural; Diversidad; Desmantelamiento Cultural; Plan Municipal de Cultura; Plan Municipal de Políticas Culturales; Sistema Municipal de Políticas Culturales; Políticas Culturales; Sectorial por segmento; Decolonial; Segmentar por Territorio; Segmento de Identidad; Lenguajes artísticos; Lenguajes artístico-culturales; Colectivos Culturales; Culturas Identitarias; Derechos Culturales

## Introdução

Fechamento de equipamentos culturais, escassez de editais de fomento, poucas contratações diretas, programação cultural esvaziada, o chamado desmonte cultural, alternância de Secretários, Lei Aldir Blanc e Sistema Municipal de Políticas Culturais: o que está de fato acontecendo em termos de políticas culturais e direito cultural em São Bernardo do Campo? Há um diálogo com os segmentos artísticos e culturais da cidade? Quais são as perspectivas, o histórico recente e as estratégias de atuação?

A fim de entender os desdobramentos da performance da Secretaria de Cultura e Juventude, o presente artigo propõe uma análise acerca das decisões atitudinais que a Secretaria tem tomado institucionalmente perante a sociedade, como o fechamento de equipamentos públicos, a extinção de espaços culturais, a perseguição à manifestações culturais específicas, escassez de editais de fomento e diminuição significativa nas contratações diretas, resultando em uma programação cultural e formação artísticas prevaricadas.

O presente estudo de caso também visa explicar de que forma a Lei Aldir Blanc - LAB veio alterar o curso das ações culturais na cidade, bem como prospectar atores culturais para a retomada do diálogo com a sociedade civil, que posteriormente culminou no Encontro Municipal de Políticas Culturais, realizado com o propósito de traçar as diretrizes para a construção do Sistema Municipal de Políticas Culturais e seus respectivos Planos, que, até o momento, estão sendo construídos coletivamente.

Esta é uma análise crítica acerca de como a Secretaria, responsável pela gestão cultural da cidade, vem tratando sua missão e desempenhando seu papel institucional no período de 2017 a 2023. A metodologia utilizada foi o levantamento de notícias acerca do tema, que foram publicizadas na mídia local e regional, sob análise crítica da gestão cultural, tendo como base o arcabouço teórico, que conceitua e subsidia a compreensão dos subtemas como descentralização e decolonialidade para a construção desse artigo.

## **Como tem sido tratada a questão do Direito Cultural pela Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo no Campo?**

**Daniele Sena de Almeida**

Políticas Culturais são fundamentalmente importantes para uma sociedade. O acesso ao Direito Cultural requer uma premissa de políticas públicas culturais por parte do Estado que possibilitem de fato esse acesso.

O acesso à cultura é um direito previsto pela Constituição Federal, no artigo 215, que afirma a obrigatoriedade do Estado em se posicionar ativamente a fim de efetivá-la. A cultura está entre os Direitos Humanos, que buscam políticas públicas que considerem a cultura em sua pluralidade, diversidade, protegendo grupos culturais vulneráveis, com foco na garantia da dignidade humana.

A cidade de São Bernardo do Campo, pertencente à megalópole Grande São Paulo, denominada ABC Paulista, é um município com a extensão territorial consideravelmente maior entre as demais cidades da região (Superfície total: 408,57 km<sup>2</sup>; Área urbana: 118,51 km<sup>2</sup>, Área rural: 220,73 km<sup>2</sup>), bem como possui a maior população (estimativa de 844.483 de habitantes em 2020).

A história da cidade está ligada ao pioneirismo no processo de industrialização do Brasil e, conseqüentemente, a uma urbanização de seu território, constituindo áreas residenciais periféricas ligadas direta ou indiretamente às atividades industriais no município, a fim de atender o crescente corpo de proletários da região.

A Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo do Campo está sob gestão centralizada desde 2017. Na prática, isso quer dizer que as decisões têm sido substancialmente tomadas pelo Gabinete, que está afastado das demais seções e divisões da Secretaria.

Os funcionários da Secretaria de Cultura e Juventude foram designados para espaços diferentes, para trabalharem em equipamentos culturais distribuídos pelo município, porém, como há mais de uma década não se faz concurso público para preenchimento dos cargos que compõem a Secretaria, o quadro de funcionários ativos vem

reduzindo e fez com que apenas um ou no máximo dois funcionários técnicos de cultura atuassem em cada espaço.

A própria sede da Secretaria se dividiu, o Gabinete do Secretário passou a ser na sala que antes era de oficina cultural da Biblioteca de Artes da Pinacoteca da cidade – Ilva Aceto Maranesi. Essa mudança também deslocou alguns serviços, como o da seção de Orçamento, Contratos e Convênios, bem como o Expediente, entre outros, que passaram a ocupar salas que antes eram de oficinas da Pinacoteca de São Bernardo do Campo, para destinação de serviços administrativos.

Membros da sociedade civil, integrantes do coletivo cultural que se intitula Mais Cultura SBC, criado em 2018 para unir e movimentar coletivos culturais da cidade na luta por direitos culturais, espalharam outdoors pela cidade questionando a ocupação das salas de oficinas da Pinacoteca, por departamentos administrativos, descaracterizando os espaços. A divulgação pedia socorro quanto ao desmonte cultural que se anunciava. Esses outdoors foram colocados em uma quinta-feira e retirados no dia seguinte, na sexta-feira, a mando do prefeito da cidade.

Ainda sobre a organização constituinte da Secretaria de Cultura e Juventude, a Divisão de Formação se mudou para um Teatro Municipal no centro da cidade (Martins Pena) e a Divisão de Fomento e Difusão, junto a outras divisões e seções, como de Bibliotecas e Apoio de Infraestrutura, restaram alocados na antiga sede até o início de 2023.

Essa configuração desarticulou a Secretaria de Cultura e Juventude. Outro agravante, foi a distribuição de orçamento para realização da programação mensal nos equipamentos culturais públicos, que também diminuiu significativamente, impedindo que os técnicos fizessem uma programação mais elaborada e contínua. Além disso, toda a programação passa por aprovação do Gabinete do Secretário, em reunião com a Diretoria de Departamento com o Gabinete.

O diálogo com a Sociedade Civil estava quase que totalmente extinto, não havia uma dinâmica de construção coletiva. Esse cenário só mudou quando, infelizmente, por necessidade, houve a criação da Lei Emergencial, Lei Aldir Blanc, para socorrer os artistas e fazedores de cultura, em razão da pandemia mundial com o Coronavírus em 2020, e por isso, o município recebeu um grande recurso financeiro repassado do governo federal.

## **A LAB como meio de retomada do diálogo com a sociedade civil e do fomento artístico e cultural na cidade**

Em 2020 a pandemia do Covid-19, estava no ápice de sua disseminação, impossibilitando o setor artístico-cultural de exercer as suas atividades de forma livre, para o grande público que comparece às ações pessoalmente, que são da natureza de várias áreas deste setor.

O governo federal, pressionado pelo setor artístico-cultural criou uma Lei Emergencial para a Cultura, nº 14.017, denominada Lei Aldir Blanc, em homenagem ao compositor e escritor, que veio a falecer em decorrência da Covid-19.

A referida Lei, datada de 29 de junho de 2020, foi criada com o propósito de repassar uma renda auxiliar aos trabalhadores do setor cultural, afetados por conta da pandemia. Espaços de atividades artístico-culturais também puderam se inscrever para receber subsídios mensais.

O Município de São Bernardo do Campo, recebeu o repasse financeiro no valor de R\$ 4.991.686,40. O valor destinado ao município foi gerido pela Secretaria de Cultura e Juventude, com base no Plano de Ação, elaborado pela Equipe Técnica da Secretaria.

A aplicação da Lei Aldir Blanc em São Bernardo do Campo, referente ao Inciso III, se constituiu na implementação de dezenove editais de premiações em diversas linguagens artístico-culturais, com 648 possibilidades de prêmios que variaram de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por proposta, conforme o edital estabelecia.

Diversas linguagens artístico-culturais foram abarcadas pelos editais, que contemplaram o pluralismo artístico, cultural, identitário e de território do município, que são ações que antes da LAB, não estavam sendo realizadas pela Secretaria e foi por meio desses Editais de fomento e premiação que o diálogo foi retomado.

Os Editais são importantes instrumentos de fomento artístico-cultural e podem alcançar a pluralidade de linguagens artísticas, de públicos diversos, de culturas identitárias, de territórios, além da transversalidade cultural, bem como impulsionar a economia da cultura, a economia criativa e solidária.

O objetivo do Plano de Ação da Secretaria com esses editais foi promover o maior número de premiações, transferir a maior quantidade de dinheiro possível, para movimentar o setor cultural, tendo nos editais contrapartidas de apresentações híbridas, por redes sociais e outros meios digitais, ou agendadas para posterior apresentação, quando a população já estivesse vacinada, com a possibilidade de exibição para o público presencial.

E dessa forma, após a vacinação e a liberação dos protocolos sanitários pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, foram realizadas as apresentações ao vivo, trazendo de

volta toda a emoção do artista em contato com o público.

Em 2020 era ano de eleições. O então Secretário de Cultura e Juventude de São Bernardo do Campo, Adalberto Guazzelli, se afastou do cargo para se candidatar a vereador da cidade. Quem assumiu o cargo e a incumbência de tocar a Lei Aldir Blanc foi a Secretária Greici Picolli, que até então atuava na Secretaria de Assistência Social.

A nova Secretária e o corpo diretivo da Secretaria de Cultura e Juventude reuniram-se de forma presencial e híbrida diversas vezes para traçarem as diretrizes estratégicas para a melhor condução dos editais e das equipes envolvidas.

Enquanto os técnicos de cultura de carreira da Secretaria estudavam e montavam esquemas de editais que abarcassem diferentes perfis do setor artístico-cultural, a área técnica administrativa verificava qual a maneira na forma da lei de repassar o dinheiro nas premiações dos referidos editais, de modo a prestar contas na Plataforma + Brasil, buscando informações sobre impostos aplicados sobre a premiação, bem como de verificação da documentação formal para elegibilidade do possível classificado à premiação a receber o valor indicado no edital.

Importante salientar que grande parte dos funcionários da Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo do Campo estava atuando sob regime Home Office com recursos próprios. Aliás, foi uma característica de trabalho desses tempos de pandemia, a fim de promover o distanciamento social como uma medida de segurança sanitária.

A Secretária Greici Picolli atuou de forma totalmente envolvida, estava disponível em tempo integral, foi dedicada em entender e implementar as melhores estratégias para aplicação da Lei Aldir Blanc em São Bernardo do Campo. Realizou diversas reuniões com a Diretoria, com representantes da sociedade civil, Conselho Municipal de Cultura, sendo muito importante a presença ativa da Secretaria de Cultura e Juventude nesse momento delicado.

Essa participação pode ser verificada por exemplo nas ATAS disponíveis no Portal da Cultura, bem como nos processos autuados no sistema de dados e processos do município, Prodigii.

O ex-secretário de cultura que se candidatou a vereador em 2020, não se elegeu. Ele voltou a atuar na Secretaria de Cultura e Juventude no ano seguinte e a ex-secretária Greici retornou à Assistência Social. Atualmente ele assume a Subprefeitura do Riacho Grande – distrito do município.

Assumiu o cargo no final de 2021 a Secretária Ligia Ramos, que veio da Secretaria de Comunicação, assumir a Pasta da Cultura e Juventude.

## **Fechamento de bibliotecas e de salas de oficinas nos equipamentos culturais públicos do município**

O comando da nova Secretária é marcada pelo fechamento de bibliotecas. Chegam aos jornais, o assunto que já circulava entre funcionários, segmentos artísticos e culturais da cidade e da própria sociedade civil, fruidoras desses equipamentos: o desmonte da Cultura em São Bernardo do Campo.

Começa-se, novamente, a alterar a organização dos espaços para acomodar outros serviços. Nas reuniões, a sociedade civil tem questionado: acomodaria uma biblioteca as necessidades técnicas de um Centro de Audiovisual, como é o CAV<sup>1</sup>?

O desmanche nos equipamentos da Cultura antecede a chegada da Secretária Lígia. Na verdade, é uma marca dessa gestão. Havia no bairro Assunção um Centro Cultural, no qual contava com setor infantil na Biblioteca Guimarães Rosa, que foi descaracterizada a fim de dar espaço a instalação de um cartório eleitoral.

Do Centro Cultural do Bairro Assunção, restou somente a placa. Afinal, as salas de oficinas culturais deixaram de existir para que o local se tornasse um ambiente de serviço administrativo de atendimento à população sobre questões aleatórias a cultura, de serviços gerais, o Atende Fácil.

O que restou foi uma Biblioteca com todo acervo concentrado em uma única sala e o teatro municipal, Elis Regina.

Dramático e estratégico foi o fechamento da Biblioteca Manuel Bandeira no Baeta Neves, fundada nos anos 70, era a sede da Secretaria de Cultura e Juventude, desde sua instituição como Secretaria. Fechou quando houve o alerta sobre a pandemia, em março de 2020. E no início de 2023 todo seu acervo foi retirado do local, parte encaminhado para outras Bibliotecas e a maioria foi embalada e deixada nos depósitos do estádio municipal Primeiro de Maio.

Os departamentos, seções, serviços que restavam instituídos naquele espaço, foram distribuídos em outros equipamentos culturais, desestruturando ainda mais a organicidade da Secretaria, desconstituindo seu corpo institucional, prevaricando com o seu papel político e social.

Assim também foi antes com a biblioteca Malba Tahan, um espaço que faz parte da história do bairro Rudge Ramos, da vida de milhares de estudantes que recorriam ao acervo para fazer trabalhos e estudos. Uma região cheia de escolas, universidades, com demanda a atender, além dos próprios moradores que usufruíam do hábito da leitura.

---

<sup>1</sup> CAV: Centro de Audiovisual de São Bernardo do Campo.

Na gestão do prefeito anterior, Luiz Marinho, foram criados na cidade alguns CEUS que eram os centros educacionais unificados. O CEU Celso Daniel inaugurado em 2012, que recebeu esse nome para homenagear o ex prefeito de Santo André, morto 10 anos antes, continha em seu projeto, além das salas de aulas, bibliotecas para acesso tanto de alunos como da comunidade, um ginásio esportivo com capacidade para público de 800 pessoas, também dispunha de salas multiuso, bem como playground para as crianças, também refeitórios devidamente equipados, vestiários para os funcionários e o teatro com capacidade para 376 lugares, que veio a sofrer um incêndio em 2015, causado por falta de manutenção.

Após o incêndio, não houve reforma para que o teatro voltasse a funcionar. Em 2023 houve uma movimentação dos civis sobre o fechamento do teatro, que contribuiria com a escassez de equipamentos culturais no território. Mas, sem sucesso. O teatro foi demolido e transformado em duas salas de aula, contribuindo para a errônea disseminação de que equipamentos culturais não são importantes para o povo, para os cidadãos que residem fora do centro, em diferentes territórios da cidade, a centralização desestimula o diálogo, a participação da sociedade civil.

Essa crítica é possível, considerando o pensamento conceitual de BORJA (1984) que afirma que a descentralização é um conceito atualmente muito explorado, pelo fato de, por exemplo, potencializar a dinâmica da democracia, valorizando o autogoverno local, legitimando a autonomia do ente local, desde a gestão compartilhada com a redistribuição do poder decisório, bem como a participação social.

A forma como BORJA entendeu o processo de descentralização, foram, o da ampliação do campo dos direitos e liberdades; o da progressiva incorporação dos setores excluídos ou marginalizados; às instituições representativas; do maior controle e participação populares dentro da administração pública.

BORJA também alertou para o fato de que, na maioria das vezes, o processo de descentralização foi equivocadamente entendido como participação, mas não devemos confundir. Para o autor, a descentralização é um dos meios para que se possa desenvolver de fato a participação político-social.

E sobre os equipamentos culturais públicos, vários deles ficaram fechados por meses para reforma, sendo entregues à população em condições questionáveis, como por exemplo a Chácara Silvestre, que recebeu verba para reforma, mas há vídeos dos camarins que ficam atrás do palco, com o teto derrubando água dentro do local, em um dia de chuva, como se fosse uma cachoeira.

Uma mudança visível é a ciclofaixa na cor azul, contrariando as cores indicadas por padrão pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), que orienta o uso da cor vermelha para identificar ciclofaixas.

Inclusive, a Chácara Silvestre, que é o Centro de Referência de Culturas Populares

Tradicional, famosa pela realização de eventos de congada, capoeira, viola caipira e repentes, ações com povos indígenas e de matriz africana, que atendia com monitorias que explicavam as obras de arte folclóricas e de cultura popular, se tornou o provisório gabinete do prefeito. O acervo foi retirado de lá e realocado em espaço diverso. As monitorias agora são realizadas pelos servidores comissionados, com foco na vida do ex prefeito que era o dono do Casarão, deixando de lado a parte do Centro de Referência.

Por algum motivo, não ganham tanto destaque essas e outras notícias acerca do que acontece com a Cultura em São Bernardo do Campo. Na bibliografia existem os links das matérias realizadas acerca das notícias que deflagraram essa temática na cidade. Alguns links, não relacionados aqui, estão fora do ar. Também, a quantidade de notícias disponíveis não é tão abundante como poderia ser, considerando que a Cultura é uma importante Pasta, ou pelo menos deveria ser, dentro de um governo que pensa em políticas públicas culturais.

Porém, nas várias reuniões realizadas com a sociedade civil, para elaborar o Plano Municipal de Políticas Culturais, a população envolvida nos segmentos que se relacionam com a Secretaria de Cultura e Juventude, está bem ciente, informada e determinada a mudar o curso dessa história.

Se o advento da LAB – Lei Aldir Blanc, marca o retorno do diálogo entre a Secretaria de Cultura e Juventude com a Sociedade Civil, é fato que após a LAB, a Secretaria de Cultura e Juventude não adotou uma postura de permanecer com a realização periódica de editais de fomento aos moldes da LAB.

A Secretaria realizou poucos editais pontuais para dar continuidade aos poucos programas existentes antes da pandemia e voltou a distribuir um baixo orçamento para a programações dos equipamentos culturais sob responsabilidade da Secretaria, que puderam fazer poucas contratações para ações culturais.

### **A ideia da implementação de um Sistema Municipal de Políticas Culturais como estratégia de garantia de políticas públicas**

No início de 2022, um grupo de funcionários de carreira da Secretaria de Cultura e Juventude reuniu-se e decidiu propor a construção do Sistema Municipal de Políticas Culturais, bem como a implantação e implementação de um Plano Municipal de Políticas Culturais. O Gabinete da Secretária analisou, ponderou sobre o ônus e aprovou a ideia. Desde então retomou-se esse diálogo com a sociedade civil.

A primeira etapa foi o Encontro Municipal de Políticas Culturais, no qual foi criado e

votado o regimento interno para constituição das diretrizes tanto do Sistema como do Plano Municipal de Políticas Culturais, sendo o momento também de criação das setoriais por segmento artístico, cultural, identitário e de território. O que resultou em 26 setoriais, incluindo uma de Servidores Públicos.

O Encontro, realizado no Teatro Municipal Elis Regina, foi transmitido ao vivo pelo Youtube<sup>2</sup>, em canal próprio da Secretaria. Havia um microfone aberto para os interessados realizarem comentários, destaques e questionamentos sobre as questões afetas ao Encontro. Ficou registrado nesse vídeo o momento icônico em que um membro da sociedade civil pergunta ao poder público que estava posicionado na mesa em cima do palco, qual o motivo do repentino cancelamento das contratações diretas, que estavam em andamento, e que compunham a programação cultural da cidade. A resposta é que estas não foram canceladas, mas sim foram suspensas e que seriam retomadas. Não foram. De fato, foram canceladas.

As setoriais por segmento, que cumpriram o regimento estabelecido evotado no Encontro Municipal de Políticas Culturais, conquistaram uma cadeira cada, na constituição do Conselho Municipal de Políticas Culturais e elegeram os seus delegados para defenderem suas propostas na Conferência.

Como houve a inscrição de 26 setoriais, houve a eleição de dezenas de delegados. O Regulamento, disponível no Portal da Cultura<sup>3</sup>, traz todas as condições para essa eleição que incumbe o delegado, representante da setorial, ou seja, do segmento, a votar nas propostas elaboradas coletivamente para comporem o Plano Municipal de Políticas Culturais que trará uma nova política cultural para a cidade, com vistas para a pluralidade e diversidade.

Também houve a criação de uma Comissão formada paritariamente por membros da sociedade civil a partir de eleição no referido Encontro, bem como com membros indicados pelo Governo. Essa Comissão é responsável pelo acompanhamento e fará o regimento para a Conferência a ser realizada em julho de 2023.

Todas essas ações deram voz a sociedade civil, bem como as próprias reuniões com as setoriais, que foram no mínimo três oficiais, com ata de relatoria registrando todas as reivindicações dos participantes.

Se outrora a programação estava dada pela gestão centralizada no gabinete que a conduzia conversando entre si, agora existem setoriais pressionando, querendo distribuição de orçamento equalitário para que possam desenvolver ações culturais em seus respectivos segmentos.

As setoriais elaboraram propostas para a composição do Plano Municipal de Políticas

---

<sup>2</sup> Link de acesso ao vídeo do Encontro Municipal de Políticas Culturais:

<https://www.youtube.com/watch?v=qjrftPt112E>

<sup>3</sup> Link de acesso aos documentos do Encontro Municipal de Políticas Culturais:

<https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/encontro-municipal-de-politicas-culturais>

Culturais, fazendo coro às solicitações de ações de circulação descentralizadas, protagonismo dos públicos das políticas afirmativas, atenção especial para artistas e coletivos de territórios, além da valorização de espaços culturais independentes, bem como reconhecimento e programação voltada para os segmentos identitários.

Isso é importante, pois coloca a Secretaria de Cultura e Juventude, seja sob esse governo ou outros que vierem a ser democraticamente eleitos pelo povo, a cumprirem o atendimento a essa demanda, de forma plural, como estabelecem os princípios do PMPC que está em construção, ao qual as setoriais se apropriaram e agora cobram devolutivas, posicionamentos e ações, da Secretaria.

O Plano está prestes a passar pela Conferência Municipal e será votado pelos delegados das setoriais. O próximo passo será encaminhá-lo para a Câmara dos Vereadores para ser votado a fim de se tornar Lei, tanto o SMPC como o PMPC.

O município de São Bernardo do Campo frustrou em 2015 uma tentativa de construção do Plano Municipal de Políticas Culturais. Em 2022, houve a retomada da realização do referido Plano. O interesse dessa retomada nasceu de um núcleo de funcionários de carreira, em sua maioria não comissionados, atuantes na Secretaria de Cultura e Juventude e teve o aceite, bem como, o apoio da Secretária da Pasta para que fosse realizado.

Foi realizada uma atualização de dados por parte de toda a Secretaria de Cultura e Juventude, para compor o Diagnóstico. O passo seguinte foi a formação educativa sobre a construção do Sistema e do Plano Municipal de Cultura, disponibilizada para a sociedade civil e para os funcionários da Secretaria de Cultura e Juventude, em parceria com a Escola do Parlamento.

O Sistema Nacional de Políticas Culturais propõe, em sua minuta de lei indicada aos estados, municípios e entes federativos que queiram aderi-lo, que para a construção desse Sistema haja o Plano de Setoriais, que prevê a participação de grupos que representem segmentos artísticos, culturais, por territórios e identitários, inclusive de outras Secretarias, de forma transversal, para se organizarem em Setoriais para discutirem propostas de políticas culturais.

Portanto, após a conclusão da referida formação educativa, foi realizado o Encontro Municipal de Políticas Culturais, no qual foram inscritas as primeiras setoriais por segmento artístico e cultural.

A data da Conferência foi remarcada para julho de 2023, anteriormente seria em março e depois seria em maio de 2023. Porém, a equipe que realizou a compilação das propostas das setoriais, a construção da redação da minuta do Plano, a revisão textual, o referenciamento das propostas, era composta por funcionários que não estavam exclusivamente nessa função.

Como o quadro da Secretaria é enxuto, os mesmos funcionários se desdobravam em outras funções relativas aos seus trabalhos ordinários na Secretaria e por essa razão a Conferência

precisou ser adiada, pois a Minuta do Plano Municipal de Políticas Culturais ainda estava em processo finalização.

Antes de chegar na Conferência, as setoriais por segmento se encontraram em três reuniões oficiais, sendo a última a pré-conferência, na qual seus participantes presentes elegeram seus representantes, chamados delegados, conforme a proporção de participantes que votaram e elegeram tanto esses delegados, como também o conselheiro, já que toda setorial que cumprisse o regimento alcançaria uma cadeira no Conselho Municipal de Cultura.

Nessas reuniões foram discutidas propostas, contendo os objetivos elaborados, suas ações e respectivas metas que serão apresentadas oficialmente no dia da Conferência, em que serão defendidas por seus delegados e votadas por todos os delegados presentes representantes de todas as setoriais, a fim de integrarem o Plano Municipal de Políticas Culturais.

O acompanhamento dessas reuniões foi realizado por equipe da Secretaria de Cultura e Juventude, por servidores comissionados, pois as reuniões foram realizadas em lugares aleatórios à Secretaria de Cultura e Juventude, em diversos dias e horários, incluindo noites e finais de semana. Portanto, os funcionários de carreira não quiseram participar, porque já não era uma situação emergencial e também não seriam remunerados com horas extras, apenas banco de horas.

Portanto, as reuniões foram conduzidas e relatadas por equipes, tanto experientes na área técnica cultural, quanto por pessoas inexperientes que atuam com outros serviços dentro da Secretaria, mas que estavam sob cargo comissionado. Isso implicou no resultado das propostas, que foram melhores elaboradas pelas setoriais que contaram com técnicos da cultura comissionados na equipe de acompanhamento.

O município de São Bernardo do Campo foi um dos últimos integrantes da Grande São Paulo e a última cidade do ABC Paulista a aderir ao Sistema Municipal de Políticas Culturais.

Existem cidades que sequer iniciaram a discussão acerca de um Plano Municipal de Cultura. Há gestores culturais e gestores políticos que precisam visitar a experiência de outras cidades para iniciarem e se inspirarem na construção de um Plano. Há estudantes, pesquisadores e interessados que anseiam descobrir como se dá na prática essa construção.

Analisando a construção do Plano Municipal de Políticas Culturais no município de São Bernardo do Campo, sob as diretrizes adotadas em relação ao que se estabelece no Guia de Orientações para os Municípios – Sistema Nacional de Cultura do Ministério da Cultura, denota-se um cumprimento adequado por parte dos envolvidos, com organicidade por parte da Secretaria de Cultura e Juventude na condução deste processo.

## **Setoriais: decolonialidade, políticas culturais identitárias e políticas afirmativas**

De acordo com CASTRO-GÓMEZ o pensamento decolonial tem origem no movimento latino-americano emergente e vem com o propósito de libertar a produção de conhecimento eurocêntrico, por meio de uma crítica ao intuito de universalidade do conhecimento e predomínio da cultura sobre outras culturas de países que já foram ou ainda são colônias.

HALL (2019), teórico e sociólogo britânico, define que entre as formas de análises decoloniais contemporâneas estão as práticas feministas, estudos étnicos, pautas identitárias, territoriais periféricos e recortes regionais, de gênero e sexualidade. A colonialidade quer o poder sobre essas e outras questões como economia, autoridade, recursos naturais e todas as formas de controle humano.

O filósofo e intelectual colombiano Santiago CASTRO-GÓMEZ define que o pensamento decolonial vem refletir e mudar acerca desse imperialismo eurocêntrico, em um movimento de anti-sexismo, anti-racismo, contra a falsa hegemonia que ignora as diferenças de classe, étnicas, de raça, gênero, dentre outras.

A lógica não é rejeitar as contribuições do pensamento ocidental, do europeu. Mas refletir, sobre o imaginário criado sobre o mundo social onde existe o "subalterno", caracterizado pelas pessoas negras, indígenas, pobres, mulheres (cis e trans), entre outros.

Quando um grupo de pessoas da sociedade civil abre uma setorial para debater propostas para o segmento de Matrizes Africanas e também de Cultura Popular, trazendo a tona direitos culturais, como da liberdade religiosa e do combate ao preconceito, trazendo a tona comunidades tradicionais de terreiro, abre-se um espaço para escuta de suas pautas e reivindicações.

É possível uma reflexão referente aos coletivos emergentes da sociedade civil, organizados em setoriais por segmentos artísticos e culturais, especialmente voltados ao público alvo das políticas afirmativas, conforme SANTOS (2005), bem como de territórios e grupos identitários, sob uma análise com base na teoria decolonial.

Em tempos em que a Cultura é tão desvalorizada, tem sido desmontada através da descontinuidade de projetos, programas, ausência de concurso público, baixo repasse orçamentário, além da desorganização dos coletivos artísticos e culturais e dos públicos formados, em razão da pandemia e do baixo investimento ou ausência de políticas culturais.

Na cidade de São Bernardo do Campo foi finalmente retomada a construção do Sistema Municipal de Políticas Culturais composto por um Plano Municipal de Políticas Culturais, pelo

Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura. Essa estrutura consolida a efetivação de políticas públicas capazes de promover a cultura como direito, por meio de criação de bases institucionais, legais e instrumentais.

Portanto, quando muitos caminham para privatização ou abandono e desmantelamento dos bens culturais instituídos como direito do povo, em uma lógica liberal de enxugamento do Estado, terceirização da gestão cultural e que promove a descrença perante as leis de incentivo, este trabalho visa jogar uma luz sobre a experiência da implantação do referido Sistema, que vem retomar o diálogo com a sociedade civil sobre a construção de propostas importantes para os segmentos artísticos e culturais, para garantir recursos orçamentários para realização dessas propostas, bem como para alinhar as dimensões culturais tanto simbólica, como cidadã e econômica, em conformidade com a orientação sociológica e antropológica (Hall 2019).

O Plano de Setoriais, será composto por fóruns de cada segmento, que serão originados a partir das próprias setoriais por segmentos artísticos, culturais, por territórios e identitários.

Além das linguagens como música, literatura, artes visuais, audiovisual, artes cênicas, dentre outras, identificamos setoriais por segmentos territoriais de regiões periféricas, bem como de grupos identitários, como rock, geek, lgbtqiap+, além de tradicionais de terreiros e cultura popular.

Para que o Plano seja plural e atenda a demanda cultural da cidade, assim, a presença dessas setoriais representando esses segmentos, demonstram a decolonização que aos poucos vem emergindo na sociedade, com parte dela trazendo a tona questões e olhares ora apartados das construções coletivas, tanto de ações como de políticas culturais.

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, orienta atenção especial para a preservação e o reconhecimento da diversidade cultural brasileira no que tange o valor das tradições, das artes, dos costumes e das expressões populares e indígenas, bem como o reconhecimento da influência africana na cultura e na história brasileira, além da preservação de línguas ameaçadas de extinção, o valor pelo conhecimento tradicional sobre a natureza, a luta contra a discriminação, a consolidação dos direitos humanos, entre outros aspectos.

O Brasil foi colonizado por povos europeus, que classificaram os nativos indígenas, assim como as pessoas negras escravizadas, como incivilizados, que precisavam ser ensinados, catequisados, como se não possuíssem sua própria cultura. E foi assim que vimos na história contada na escola, no centro de tudo, o homem europeu, branco, cristão, em detrimento dos saberes dos povos originários, da cultura popular, dos conhecimentos de matrizes africanas, discriminados em detrimento da ordem hegemônica eurocêntrica.

Nesse sentido, a decolonização vem ouvir as vozes ora emudecidas, a respeito desses

saberes tão diversos, a fim de valorizar as experiências vividas, bem como reconhecer as identidades, trazer à tona as histórias dos chamados subalternos e também dar protagonismo as comunidades que habitam territórios periféricos. Então, até o momento, as propostas do Plano trazem essa marca decolonial.

A construção do Plano Municipal de Políticas Culturais demandou um grande trabalho todas as suas etapas, em especial, compilar as propostas de políticas culturais oriundas das 26 setoriais criadas para atender a diferentes linguagens artísticas, segmentos culturais identitários e de territórios.

Um exemplo que fica claro para que entendamos as especificidades dos diversos segmentos culturais, é a Cultura Rock. A Setorial do Rock se enquadra em um conceito de Cultura Identitária, para além da música. Trata-se de um jeito cultural de se vestir, de viver, com economia criativa própria, com ideologias e valores que os regem enquanto coletivo cultural. Portanto, não seria possível uma Setorial que trata de música, atender a todos os estilos musicais, quando esses estilos transbordam a delimitação musical para serem toda uma forma de experienciar a vida por uma ótica cultural identitária.

O que se percebe nesse processo é que é muito importante respeitar os coletivos das diferentes manifestações artísticas e culturais, de modo a não cercear sua participação, não acuar possíveis constelações de grupos culturais, bem como é necessário acolher os diferentes coletivos e, nesse sentido, contribuir para que as setoriais existam com pluralidade de forma de fato serem representativas, contribuindo para um amplo debate e construção coletiva de políticas culturais.

Esse entendimento está alinhado ao estabelecido na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Paris, 20 de outubro de 2005), que é um instrumento normativo que orienta a respeito dos conceitos, objetivos, princípios e políticas em favor da diversidade cultural, com ênfase no pluralismo, no diálogo entre as culturas e suas várias crenças.

É por meio dessa Organização que a comunidade internacional reconheceu formalmente a natureza cultural e econômica das expressões culturais contemporâneas produzidas por artistas e profissionais da cultura.

A Convenção realizada em 2005 teve foco na promoção da criação, produção, distribuição e o acesso aos diversos bens e serviços culturais, bem como de contribuir com sistemas de governos estruturados, transparentes e participativos para a cultura.

No texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, entre os objetivos estão “fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos”.

“A proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas”, é um dos princípios estabelecidos na Conferência.

A UNESCO traz como definição de diversidade A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.

As culturas identitárias tem fortes vertentes na cidade de São Bernardo do Campo. A batalha da Matrix é um exemplo. A batalha de mc's, existente há nove anos, sendo uma referência do movimento hip-hop no município, que reúne mil pessoas diante da Igreja Matriz, no centro da cidade. Em 2016, houve intervenção da Polícia Militar com bombas de gás para acabar com ação cultural.

A atual gestão do prefeito, Orlando Morando, alega que a ação causa incômodo aos moradores, sendo que o local em que a ação é realizada, é predominantemente uma área comercial, quase não havendo moradores.

Em de abril de 2022, a prefeitura negou acesso à tomada, impossibilitando que os amplificadores fossem ligados. Assim, as próximas realizações tiveram de ocorrer com a utilização de caixas de som alimentadas por baterias, prejudicando a ação que teve o tempo de duração diminuído.

Em maio do mesmo ano, foi instaurado pelo Ministério Público de São Bernardo do Campo, um Procedimento Administrativo de Acompanhamento para que as denúncias de racismo institucional por parte da prefeitura contra a manifestação cultural, fossem apuradas, pautados em um documento elaborado e apresentado por movimentos sociais reivindicando políticas públicas voltadas para a população negra e povos indígenas do município.

Sociologicamente, a cultura hip-hop é uma cultura identitária originária do povo negro e da periferia, que expressa nas letras de rap o cotidiano de suas vidas carregadas de opressão e descaso por parte das autoridades. Por isso a ação incomoda ricos e poderosos, pois esses eventos possibilitam encontros de pessoas para debaterem a sua realidade e os problemas sociais.

O evento, além de uma importante manifestação cultural, também poderia contribuir com a economia criativa da sociedade, se houvesse interesse em dar suporte a essa realização, que seria inclusive, mas uma forma de gerar renda para os trabalhadores.

O segmento é organizado e abriu setorial para a cultura hip-hop, no Encontro de Municipal de Políticas Culturais, cumprindo todas as etapas e legitimando a cadeira no Conselho Municipal de Cultura.

O engajamento da sociedade civil em abrir setoriais de acordo com seu segmento artístico ou cultural, foi resultado de uma ação anterior que foi a participação em diversos editais culturais da LAB, despertando a vontade trabalhar na cidade com a qual possuem relação de residência, trabalho ou estudo.

Segmentos que estavam estagnados, sem relação com a Secretaria, represados em suas próprias ações, sem reconhecimento ou apoio do Estado, voltaram a ter relação institucional com o Município, por meio das setoriais.

Por consequência da reativação do diálogo, estão mais presentes e participativas, comparecendo às Conferências, Encontros e Reuniões públicas, defendendo seus direitos, colocando seus pontos de vista.

### **Qual a análise a respeito da condução da Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo no Campo?**

Quase no meio de 2023, foi nomeado o novo Secretário, o vereador Fran (Alessandro) Silva, do PSD (Partido Social Democrático), que assumiu o cargo de Secretário da Pasta. A ex-secretária Lígia Ramos assumiu como Sub-Secretária da Pasta.

O novo Secretário é um vereador da cidade, Frans Silva, e, acredita-se que ele tenha força dentro da Câmara Legislativa para conseguir a efetivação da aprovação do Sistema e do Plano Municipal de Políticas Culturais. Todavia, também se teme que seu pouco conhecimento na área cultural o limite perante uma discussão tão profunda quanto a das políticas culturais.

O referido Secretário possui experiência na realização de grandes eventos musicais, com alto número de público, também em ações de doações de alimentos, com foco nas periferias da cidade. Mas de fato, ele ainda não se apropriou das questões mais profundas, porque políticas culturais são mais que eventos de formação de público.

Desse momento até o dia da Conferência do Plano Municipal de Políticas Culturais o Secretário, assim como a Diretoria - que possui o mesmo perfil, ou seja, não possui experiência substancial e apropriação acerca de políticas culturais sob um ângulo de visão mais progressista - poderão estudar o referido Plano, para se prepararem para a possível sabatina no dia da respectiva Conferência e acolher os anseios da sociedade civil que merece essa escuta e que tem direito legítimo

essa participação e construção coletiva.

A situação das políticas culturais na cidade tem sido prevaricadas, mas com a efetivação do Plano, pretende-se que a Secretaria adote uma postura mais transformadora e essencial na sociedade, que cumpra sua missão de abarcar a diversidade, a transversalidade, a pluralidade, não ficando mais trancada em salas de diretorias que decidem de forma centralizada o que realizar na cidade, valorizando algumas culturas em detrimento de outras, excluindo segmentos culturais por afinidades, questões e valores pessoais e partidários.

O que se percebe é que São Bernardo do Campo prevarica no seu atendimento enquanto Secretaria de Cultura e Juventude, ao dificultar o acesso aos bens culturais, como no ato de reduzir o número de equipamentos culturais públicos distribuídos na cidade, que deveriam ser ampliados para os territórios, invés de reduzidos e reorganizados de modo a comprimir a estrutura de serviços, em uma cidade escassa de políticas culturais.

Quando não há uma grande movimentação por lei federal que injeta dinheiro no município, e, também, se não fosse pela expertise do corpo de funcionários de carreira envolvidos nesses processos de fomento, a cidade estaria em completo abandono, apenas recebendo produções de atores privados, com baixo índice de contratações de artistas e produtores locais, resultando na manutenção de uma programação enxuta, com uma formação descontinuada, um cumprimento incompleto do seu papel social enquanto Secretaria de Cultura e Juventude, que deveria fomentar a pesquisa sobre bens culturais, incentivar a iniciação e a produção artística e cultural, dos diferentes segmentos das artes, de grupos identitários, de territórios e ampliar o acesso a toda essa estrutura cultural.

Na Lei nº 7.168, de 12 de dezembro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2023, a receita do município é estimada totaliza R\$ 6.465.243.000,00 (seis bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões e duzentos e quarenta e três mil reais), sendo destinada a Secretaria de Cultura e Juventude a receita de advinda de recursos próprios no valor de R\$ 21.448.000,00 (vinte e um milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil reais) e complementada pelo montante que conta no Fundo de Assistência à Cultura (FAC), de R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais). Totalizando R\$ 21.694.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos e noventa e quatro mil reais).

Mesmo com o Redutor de 30% - de praxe aplicado pela Secretaria de Finanças, para conter os gastos administrados - trata-se de uma quantia significativa. Apesar disso, os Equipamentos Culturais gestados pela Secretaria de Cultura e Juventude, continuam com pouca infraestrutura, recebendo baixa liberação orçamentária para que os agentes culturais possam realizar contratações e efetivar oficinas e eventos de difusão artística e cultural na cidade.

Em um comparativo com 2022, a Lei nº 7.002, de 9 de dezembro de 2021 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2022, foi de R\$ 6.073.309.000,00 (seis bilhões e setenta e três milhões e trezentos e nove mil reais), sendo destinado para a Secretaria de Cultura e Juventude o total de R\$ 19.002.000,00 (dezenove milhões e dois mil reais), segundo o Sumário Receita e da Despesa, disponível no portal da prefeitura da cidade na seção que trata da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Não há concurso para a Secretaria de Cultura e Juventude a mais de uma década, portanto seu corpo funcional é constituído pelos servidores remanescentes de concursos anteriores, aos quais muitos de seus colegas já deixaram o cargo efetivo para migrar para outros cargos, ou aposentaram-se, ou vieram a falecer e esse contingente não foi repostado por novos concursos públicos.

O corpo institucional da Secretaria é complementado por funcionários ora designados por outras Secretarias para prestarem serviços, bem como por servidores comissionados puros, que são pessoas que entram no serviço público por meio de indicação política para assumirem cargos de assessores do governo, ou de políticas públicas, ou ainda para ocuparem cargos dentro do organograma da Secretaria.

Atualmente, a Secretaria de Cultura e Juventude está com seu organograma todo desorganizado, com pessoas assumindo cargos, mas não correspondendo às funções correlatas à este cargo. Outros servidores assumiram postos de grandes responsabilidades sem a devida experiência ou expertise para a condução de uma Secretaria de Cultura em um momento de instituir o Sistema Municipal de Políticas Culturais, encarar um Encontro Municipal de Políticas Culturais, de forma apta a responder os anseios da sociedade civil.

A constatação é de que a Secretaria de Cultura e Juventude desorganizou suas partes constituintes, descontinuou os processos de fomento, que só articula grandes ações por meio da iniciativa de funcionários de carreira, quando estes dispõe de dispositivos orçamentários destinados por Lei, que se tornou uma instituição que prevarica na sua atuação como Secretaria de Cultura, que sua gestão é marcada pelo desmonte de seus equipamentos públicos, pelo fechamentos das bibliotecas municipais e pela escassez de ações de fomento, que essas atitudes são incompatíveis com sua arrecadação financeira, bem como com o número de habitantes do município.

Também fica a percepção do preconceito contra algumas manifestações culturais, quando deveriam estar apoiando as diferentes expressões culturais, aumentando a circulação de espetáculo e eventos artísticos, implementando agendas culturais com

valorização de datas comemorativas ou de conquistas dos públicos das políticas afirmativas e culturas identitárias, bem como de territórios.

Portanto, denota-se que a Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo do Campo, tem prevaricado em seu papel, tratado com negligencia o acesso ao direito cultural, sem boas práticas de políticas culturais e com diálogo fragmentado com os segmentos artísticos e culturais da sociedade civil, além de realizar o fechamentos de espaços culturais, implicando em um comportamento que realmente remete ao desmonte cultural.

## REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª Edição. Jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Guia de Orientações para os Municípios Sistema Nacional de Cultura: Perguntas e Respostas. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. Disponível em [guia\\_sist\\_munic\\_cultura\\_mc.pdf \(mprs.mp.br\)](http://guia_sist_munic_cultura_mc.pdf(mprs.mp.br)) acessado em 14/08/2022.

OLIVEIRA, Danilo Júnior de. Direitos Culturais e políticas públicas: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura. Doutorado. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em [Direitos culturais e políticas públicas: os marcos normativos do Sistema Nacional... \(usp.br\)](http://Direitos_culturais_e_políticas_públicas:_os_marcos_normativos_do_Sistema_Nacional..._(usp.br)) acessado em 13/11/2022.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre o universal e a diversidade. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Revista Brasileira de Educação, v. 12, nº 34, jan./abr. de 2007.

UNESCO. Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural. UNESCO. 2002. Disponível em: [peaunesco-sp.com.br/destaque/diversidade\\_cultural.pdf](http://peaunesco-sp.com.br/destaque/diversidade_cultural.pdf)

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur-CLACSO, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas Brasília: Ministério da Educação, 2005.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003

BORJA, J. Descentralización: una cuestión de método. Revista Mexicana de Sociología. Vol. 46, No. 4 (Oct. - Dec., 1984), pp. 5-33 (29 pages). Published By: Universidad Nacional Autónoma de México.

São Bernardo fecha biblioteca, e moradores falam em desmante - 30/05/2022 | Diário do Grande ABC. Disponível em: [dgabc.com.br/2017/Noticia/3867954/sao-bernardo-fecha-biblioteca-e-moradores-falam-em-desmante](http://dgabc.com.br/2017/Noticia/3867954/sao-bernardo-fecha-biblioteca-e-moradores-falam-em-desmante). Acesso em março de 2023.

São Bernardo fecha bibliotecas nas periferias e derruba teatro. Disponível em: [terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/sao-bernardo-fecha-bibliotecas-nas-periferias-e-derruba-teatro,6b263c6c40a92b803e41c5fe2cf7e491xcgktycz.html](http://terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/sao-bernardo-fecha-bibliotecas-nas-periferias-e-derruba-teatro,6b263c6c40a92b803e41c5fe2cf7e491xcgktycz.html). Acesso em março de 2023.

Marinho inaugura Centro Educacional Unificado (CEU) Celso Daniel neste sábado (23). Disponível em: [abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/marinho-inaugura-centro-educacional-unificado-ceu-celso-daniel-neste-sabado-23-4569](http://abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/marinho-inaugura-centro-educacional-unificado-ceu-celso-daniel-neste-sabado-23-4569). Acesso em março de 2023.

G1 - Incêndio atinge teatro de unidade do CEU em São Bernardo do Campo - notícias em São Paulo.

Disponível em: [g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/02/incendio-atinge-teatro-de-unidade-do-ceu-em-sao-bernardo-do-campo.html](https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/02/incendio-atinge-teatro-de-unidade-do-ceu-em-sao-bernardo-do-campo.html). Acesso em março de 2023.

Comunidade se mobiliza contra a demolição do Teatro Celso Augusto Daniel. Disponível em: [abcdaluta.com.br/post/comunidade-se-mobiliza-contr-a-demoli%C3%A7%C3%A3o-do-teatro-celso-augusto-daniel](http://abcdaluta.com.br/post/comunidade-se-mobiliza-contr-a-demoli%C3%A7%C3%A3o-do-teatro-celso-augusto-daniel). Acesso em março de 2023.

Anfiteatro de CEU de São Bernardo está abandonado há 5 anos - Berno News. Disponível em: [bernonews.com.br/2020/10/09/anfiteatro-de-ceu-de-sao-bernardo-esta-abandonado-ha-5-anos/](http://bernonews.com.br/2020/10/09/anfiteatro-de-ceu-de-sao-bernardo-esta-abandonado-ha-5-anos/). Acesso em março de 2023.

Prefeitura de SBC demole teatro do CEU Celso Augusto Daniel - A Verdade. Disponível em: [averdade.org.br/2023/02/prefeitura-de-sbc-demole-teatro-do-ceu-celso-augusto-daniel/](http://averdade.org.br/2023/02/prefeitura-de-sbc-demole-teatro-do-ceu-celso-augusto-daniel/). Acesso em março de 2023.

Prefeito Orlando Morando anuncia reforma da Chácara Silvestre. Disponível em: [abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/prefeito-orlando-morando-anuncia-reforma-chacara-silvestre-165038](http://abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/prefeito-orlando-morando-anuncia-reforma-chacara-silvestre-165038). Acesso em março de 2023.

De vermelha para azul: prefeitura troca cor de ciclovia e gera polêmica em Sorocaba; entenda | Sorocaba e Jundiaí | G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2023/04/21/de-vermelha-para-azul-prefeitura-troca-cor-de-ciclovias-e-gera-polemica-em-sorocaba-entenda.ghtml>. Acesso em março de 2023.

São Bernardo fecha bibliotecas nas periferias e derruba teatro. Disponível em: [agenciamural.org.br/sao-bernardo-fecha-bibliotecas-nas-periferias-e-derruba-teatro/#:~:text=O%20fechamento%20de%20duas%20bibliotecas,%C3%A0s%20atividades%20culturais%20na%20regi%C3%A3o](http://agenciamural.org.br/sao-bernardo-fecha-bibliotecas-nas-periferias-e-derruba-teatro/#:~:text=O%20fechamento%20de%20duas%20bibliotecas,%C3%A0s%20atividades%20culturais%20na%20regi%C3%A3o). Acesso em março de 2023.

Prefeitura de São Bernardo do Campo (PSDB-SP) quer transformar Pinacoteca em escritório. Disponível em: [esquerdadiario.com.br/Prefeitura-de-Sao-Bernardo-do-Campo-PSDB-SP-quer-transformar-Pinacoteca-em-escritorio](http://esquerdadiario.com.br/Prefeitura-de-Sao-Bernardo-do-Campo-PSDB-SP-quer-transformar-Pinacoteca-em-escritorio). Acesso em março de 2023.

Prefeito de São Bernardo manda retirar outdoors que pediam socorro à cultura local - Rede Brasil Atual. Disponível em: [redebrasilatual.com.br/politica/prefeito-de-sao-bernardo-manda-retirar-outdoors-que-pediam-socorro-a-cultura-local/](http://redebrasilatual.com.br/politica/prefeito-de-sao-bernardo-manda-retirar-outdoors-que-pediam-socorro-a-cultura-local/). Acesso em março de 2023.

Prefeitura de São Bernardo quer impedir Batalha da Matrix; o hip-hop resiste – Estadão Expresso. Disponível em: [expresso.estadao.com.br/naperifa/prefeitura-de-sao-bernardo-quer-impedir-batalha-da-matrix-movimento-hip-hop-resiste/](http://expresso.estadao.com.br/naperifa/prefeitura-de-sao-bernardo-quer-impedir-batalha-da-matrix-movimento-hip-hop-resiste/). Acesso em março de 2023.

‘Batalha’ de hip hop reúne 400 pessoas em São Bernardo – Mural. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2014/09/02/batalha-de-hip-hop-reune-400-pessoas-em-sao-bernardo/>. Acesso em março de 2023.

Prefeito Orlando Morando transfere gabinete para Chácara Silvestre. Disponível em: [abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/prefeito-orlando-morando-transfere-gabinete-chacara-silvestre-181320](http://abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/prefeito-orlando-morando-transfere-gabinete-chacara-silvestre-181320). Acesso em março de 2023.

Festa Muitos Povos, Uma Cidade ocorre na Chácara Silvestre — Rudge Ramos Online. Disponível em: [metodista.br/rronline/noticias/entretenimento/2015/09/festa-muitos-povos-uma-cidade-sera-na-chacara-silvestre.1](http://metodista.br/rronline/noticias/entretenimento/2015/09/festa-muitos-povos-uma-cidade-sera-na-chacara-silvestre.1). Acesso em março de 2023.

São Bernardo fecha bibliotecas nas periferias e derruba teatro. Disponível em: <https://www.terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/sao-bernardo-fecha-bibliotecas-nas-periferias-e-derruba-teatro,6b263c6c40a92b803e41c5fe2cf7e491xcgktycz.html>. Acesso em março de 2023.

Dados do Diagnóstico, disponibilizados pela Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo do Campo para a elaboração do novo Plano Municipal de Cultura. Disponível em: [www.saobernardo.sp.gov.br/documents/915728/14890\\_23/](http://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/915728/14890_23/). Acesso em março de 2023.

LOA – 2023. Disponível em: [saobernardo.sp.gov.br/documents/640736/1571947/01.+Lei+7.168%2C+de+12+de+dez+embro+de+2022/c18cc765-2dfb-a2a0-f4fc-9a596e6ff898](http://saobernardo.sp.gov.br/documents/640736/1571947/01.+Lei+7.168%2C+de+12+de+dez+embro+de+2022/c18cc765-2dfb-a2a0-f4fc-9a596e6ff898). Acesso em março de 2023.

LOA – 2022. Disponível em: [9865e48f-dd49-abc5-2a44-13bdcefbba99 \(saobernardo.sp.gov.br\)](http://9865e48f-dd49-abc5-2a44-13bdcefbba99.saobernardo.sp.gov.br). Acesso em março de 2023.